

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 1.394, DE 2023

Constitui o Círio de Nazaré, no Estado do Maranhão, em Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

**Autora:** Deputada DETINHA

**Relator:** Deputado MARRECA FILHO

### I - RELATÓRIO

Vem ao exame deste colegiado a proposição em epígrafe, que pretende constituir em Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil a celebração “Círio de Nazaré”, realizado anualmente pelo Santuário Nossa Senhora de Nazaré, no Bairro do Cohatrac, em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Ao Poder Público competirá promover e executar as medidas e ações necessárias ao cumprimento dessa determinação, na forma do que dispõe o art. 215 e o art. 216 da Constituição Federal.

Justificando sua iniciativa, a autora destaca a importância da celebração em causa, considerada “em âmbito Estadual do Maranhão Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, um evento constante do calendário religioso e cultural da cidade de São Luís, realizado durante todo o mês de outubro”. No seu entender, o Círio de Nazaré, “enquanto fenômeno social é um evento de natureza religiosa que congrega uma multiplicidade de ritos e representações que perpassam diferentes domínios, os quais, por sua vez, não se limitam ao plano do sagrado. Ele (o Círio) é festa no sentido mais amplo da palavra e que, contemporaneamente, entrosam religiosidade com aspectos da vida prática”.



A proposição foi distribuída à Comissão de Cultura e a este colegiado, estando sujeita à apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinário.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Cultura, com Substitutivo que reconhece o Círio de Nazaré, realizado na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, como manifestação da cultura nacional.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição principal, bem como do Substitutivo da Comissão de Cultura.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, VII), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*). Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988.

Nada temos a opor quanto à juridicidade da proposição principal, sua redação ou sua técnica legislativa. O mesmo se diga em relação ao Substitutivo da Comissão de Cultura.



Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.394, de 2023, bem como do Substitutivo da Comissão de Cultura.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado MARRECA FILHO  
Relator

2023-18270

